



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARANGOLA - FMS CARANGOLA

Município: CARANGOLA/MG



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada eixo COVID-19

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARANGOLA - FMS CARANGOLA

CPF/CNPJ: 12.041.234/0001-66

Município/UF: CARANGOLA-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARANGOLA - FMS CARANGOLA

CPF/CNPJ: 12.041.234/0001-66

Programa: Programa de Urgência/Emergência

Município/UF: CARANGOLA/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: marco/2020 a março/2021

Gestão do Prestador: Básica

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	21/12/2020	31/03/2021
Relatório	14/05/2021	04/06/2021

Tarefa Nº: 124116

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

CONCEICAO DE MARIA COELHO VERDINI

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

Exercício: 14/10/2020 a 30/12/2020

HELERSON TOLEDO LIMA

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Exercício: 04/01/2021 a 30/04/2021

LUIZ FERNANDO DA FONSECA RIBEIRO

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Exercício: 28/01/2018 a 13/10/2020

Atividade homologada e encerrada em: 20/09/2023 10:31:05

Acessado em 22/09/2023 15:21:31

Auditoria nº 642



RALPH ANCHIETA MACHADO

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Exercício: Desde 01/05/2021

III - INTRODUÇÃO

1. Fator Desencadeante:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria – CEA/SUS-MG - Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

2. Objetivo e Escopo:

Realizar Auditoria Programada Secretaria Municipal de Saúde de Carangola tendo como unidade visitada o Hospital Evangélico de Carangola, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a março/2021.

3. Caracterização:

O Município de Carangola está situado na Macrorregião de Saúde Sudeste e sede de Microrregião de Saúde estando vinculado à URS de Manhuaçu. Possui população estimada de 33.011 habitantes (estimativa IBGE 2020). É habilitado sob gestão municipal. Conforme Plano de Contingência da Macrorregião Sudeste, o Município de Carangola possui 2 hospitais gerais, sem fins lucrativos Referência SRAG-COVID 19, sendo o Hospital Evangélico de Carangola e Casa de Caridade Carangola.

A unidade hospitalar visitada no município de Carangola é o Hospital Evangélico de Carangola – CNPJ 19.275.338/0001-84 (CNES 2114267) entidade sem fins lucrativos, com gestão dupla e integrado ao SUSFácil/MG. A instituição foi contemplada com o Incentivo de recursos federais pela disponibilização de Leitos COVID-19, transferidos do FES, por meio das Resoluções SES/MG nº 7130/2020, 7160/2020, 7295/2020, 7384/2021, 7396/2021.

Possui 104 leitos, sendo 8 leitos para cirurgia geral, 39 leitos para clínica geral do SUS, 4 leitos para saúde mental SUS, 15 leitos para suporte ventilatório pulmonar-COVID-19 SUS, 6 leitos UTI adulto – tipo II, 16 leitos UTI II adulto-Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG)-COVID 19 SUS, 1 Unidade de isolamento SUS, 15 leitos crônicos SUS.

IV - METODOLOGIA

Fase Analítica:

- Estudo do Manual de Procedimentos Analíticos do CEA/SUS-MG, do Plano de Contingência da SES/MG para a Macrorregião Sudeste ajustando-se às ações relacionadas com o enfrentamento da COVID-19;
- Reunião por videoconferência, pela plataforma Google Meets, com a AUDSUS/SES, para alinhamento da auditoria;
- Levantamento e estudo das Resoluções, Portarias e demais Normativas referentes ao Hospital Evangélico e SMS de Carangola, para o desenvolvimento de ações de enfrentamento da COVID 19, a partir de março/2020;
- Levantamento de dados, informações e documentos com as áreas técnicas da SES, da SRS de Manhuaçu e da Central de Regulação de Juiz de Fora;

Gerado em 22/09/2023 15:21:31

Auditoria nº 642



- Consulta no Site da SES/MG(Resoluções e Deliberações):

<https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/RESOLUÇÃO%20SES%20-%20CIB.pdf>;

-Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais: Consulta de Resoluções SES(Covid-19) no Site da SES/MG:

(<https://www.saude.mg.gov.br/sobre/institucional/resolucoes>; <https://www.transparencia.mg.gov.br/despesa-estado/despesa/despesa-favorecidos/2020/2021>;

-Pesquisas no site do Ministério da Saúde-Consulta de portarias GM/MS(Covid-19): <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms>;

- Levantamento de informações de recursos financeiros para o Hospital Evangélico;

- Pesquisa no site da Receita Federal;

- Pesquisas de dados no SCNES do Hospital Evangélico de Carangola e Secretaria Municipal de Saúde para levantamento de informações de cadastros sobre COVID 19;

- Pesquisa de dados no site do CAGEC;

-Pesquisa de dados no site do IBGE;

- Complementação e adequação das Matrizes de Análise de Informações e de Coleta de Informações;

- Reunião por videoconferência com a SMS para esclarecimentos de dúvidas quanto à documentação solicitada;

- Análise de documentos previamente enviados pela SMS.

Fase Operativa:

- Reunião de abertura dos trabalhos por videoconferência dia 19/03/2021, com a participação dos auditores e SMS;

- Análise dos demais documentos solicitados e levantados;

- Entrevistas através de videoconferências com funcionários da SMS de Carangola e novo SMS;- Análise de prontuários;

- Reunião de encerramento da auditoria operativa no Hospital, por videoconferência, às 15:00 do dia 13/05/2021;- Inclusão de documentos referentes à auditoria no Sistema SEI.

Limitações:

Não houve limitações para execução dos trabalhos de auditoria.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 623559

Subgrupo: Convênios

Item: Formalização

Constatação: A SMS de Carangola não celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital Evangélico de Carangola para repasse de recursos financeiros referentes ao enfrentamento da COVID-19 destinados às ações de média e alta complexidade.

Evidência: Em Reunião por videoconferência com o Secretário Municipal de Saúde de Carangola, no dia 15/03/2021, o mesmo informou que a Secretaria Municipal de Saúde de Carangola não celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital Evangélico de Carangola para repasse de recursos financeiros no enfrentamento da COVID-19, destinados às ações de média e alta complexidade. Conforme declarado pelo Secretário, a Secretaria Municipal de Saúde não tem autonomia e controle efetivo nas ações em relação à aquisição de serviço hospitalar, cabendo esse ato à gestão estadual. Os recursos são repassados diretamente do FES ao Hospital, uma vez que esse prestador é Gestão Estadual.

Atividade homologada e encerrada em: 20/09/2023 10:31:05

Acessado em 22/09/2023 15:21:31

Auditoria nº 642



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo 2 do Anexo XXIV, Art. 21; Portaria nº 1044/2004, Art. 1º e Art. 7º, Inciso IV.

Fonte da Evidência:

- Reunião com o Secretário Municipal de Saúde por videoconferência dia 15/03/2021, através do link: <https://meet.google/qdq-sgkh-qti>.
- Cópia do comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ do Fundo Municipal de Saúde de Carangola/MG.
- Certificado de Registro Cadastral-CAGEC.
- Declaração do Secretário Municipal de Saúde datada de 22/03/2021.
- Ratificação da declaração do Secretário Municipal de Saúde datada de 26/04/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros **Constatação Nº:** 628372

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS não aplicou recursos financeiros e materiais recebidos do FNS, FES e Recursos Próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média e alta complexidade no Hospital Evangélico de Carangola.

Evidência: A SMS não aplicou recursos financeiros e materiais recebidos do FNS, FES e Recursos Próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média e alta complexidade no Hospital Evangélico de Carangola. Segundo o Secretário, a instituição é gestão estadual, assim sendo, os recursos são repassados diretamente do FES ao Hospital, uma vez que esse prestador é Gestão Estadual. A instituição foi contemplada com o Incentivo pela disponibilização de Leitos COVID-19 por meio das Resoluções SES/MG nº 7130/2020, 7160/2020, 7295/2020, 7384/2021, 7396/2021 repassadas diretamente da SES/MG.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo 2 do Anexo XXIV, Art. 21; Portaria nº 1044/2004, Art. 1º e Art. 7º, Inciso IV.

Fonte da Evidência:

- Reunião com o Secretário Municipal de Saúde por videoconferência dia 15/03/2021, através do link: <https://meet.google/qdq-sgkh-qti>.
- Declaração do Secretário Municipal de Saúde datada de 22/03/2021.
- Ratificação da declaração do Secretário Municipal de Saúde datada de 26/04/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade **Constatação Nº:** 623560

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Recursos Materiais/equipamentos

Constatação: Não houve aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos pela SMS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média e alta complexidade no Hospital Evangélico de Carangola.

Evidência: Não houve aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos pela SMS destinadas ao Hospital Evangélico

Atividade homologada e encerrada em: 20/09/2023 10:31:05

Acessado em: 22/09/2023 15:21:31

Auditoria nº 642



de Carangola, para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade. Todos os equipamentos, insumos, materiais, medicamentos e EPI's incluindo os equipamentos para estruturar o CTI, foram doados pelo Projeto Social Salvando Vidas, em parceria com o BNDES, SITAWI, CMB E BIONEXO, cedidos pelo Ministério da Saúde e recebidos pela SES/MG e Gabinete Militar, através de Termos de Permissão de uso.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo 2 do Anexo XXIV, Art. 21; Portaria nº 1044/2004, Art. 1º e Art. 7º, Inciso IV.

Fonte da Evidência:

- Declaração do Secretário Municipal de Saúde datada de 22/03/2021.
- Reunião com o Secretário Municipal de Saúde por videoconferência dia 15/03/2021, através do link: <https://meet.google/qdq-sgkh-qli>.
- Ratificação do Secretário Municipal de Saúde datada de 26/04/2021.
- Nota de Fornecimento do MS e Declaração de Recebimento do Hospital.
- Nota de Fornecimento do Almojarifado SES/MG.
- DANFE's do Gabinete Militar de MG.
- DANFE's da SITAWI.
- Controle de Estoque do Hospital.

Conformidade: Conforme

Grupo: Gestão Municipal

Constatação Nº: 628164

Subgrupo: Regulação

Item: Rotina de Trabalho

Constatação: A SMS não realiza acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos clínicos e de UTI/COVID-19 do Hospital Evangélico de Carangola.

Evidência: Em análise do SCNES do Hospital Evangélico de Carangola foi verificado que a instituição possui cadastro de todos os leitos clínicos (44) e de CTI (12) para atendimento a COVID 19, no contexto da pandemia. Não foram apresentados relatórios de monitoramento e controle do Hospital por parte da SMS, para acompanhamento de disponibilidade de leitos clínicos e de UTI COVID. Em reunião por videoconferência com novo Secretário Municipal de Saúde, RAM e Funcionários do SCRA: Diretor de Regulação SOS, Diretor de Endemias MOL, Agente de endemias PEFCL, foi relatado as taxas de ocupação dos leitos COVID do Hospital Evangélico são acompanhadas pela Gerência Regional, que verifica as internações feitas pelo hospital e faz consolidado, passando por WhatsApp à SMS de Carangola, porém não foram apresentados tais registros.

Tal fato está em descordo com Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II; Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Sudeste - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens II, III e IV.

Auditado sujeito à Penalidade de Advertência Escrita.

Fonte da Evidência: - Cadastro no CNES do número de leitos clínicos disponibilizados para tratamento da COVID-19 em 04/03/2021. - Termo de Entrevistas com funcionários do SCRA/SMS por videoconferência, através do Google Meet, pelo link <https://meet.google.com/uxu-zvm>, datada de 03/05/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do OFÍCIO Nº 01/2022 de 06/06/2022 e do OFÍCIO Nº 02/2022 de 26/05/2022, o representante da Pessoa Jurídica notificada, Sr. R.A.M. e as pessoas físicas L.F.R., C.M.C.V. e H.T.L enviaram em Ação Conjunta, a seguinte manifestação:

Acessado em 22/09/2023. Identificada a NÃO CONFORMIDADE - Não foram apresentados relatórios e controle do

stacAU.
Auctoritas n.º 60



Hospital por parte da SMS para acompanhamento e disponibilidade dos leitos clínicos e de UTI/COVID que indicou ausência de evidências que demonstrassem o processo de acompanhamento/monitoramento da TOH dos referidos leitos COVID, cumpri-nos realizar busca ativa dos documentos utilizados à época afim de demonstrar que o processo de regulação, controle e avaliação existiu e cumpriu tal premissa.

Necessário informar que a conduta adotada pela gestão municipal de saúde de Carangola seguiu as orientações técnicas pautadas nas diversas publicações difundidas tanto pelo Ministério da Saúde, como pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais desde 03 de fevereiro de 2020, quando o Ministério da Saúde declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana da doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19), por meio da Portaria MS nº 188, e conforme Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011.

Todas as ações executadas tiveram como ponto de partida a elaboração do PLANO DE

CONTINGÊNCIA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À DOENÇA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), revisado e estruturado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde de Carangola em 17 de março de 2020; instrumento norteador que acompanha o Decreto Municipal nº 437/2020, de 16 de março de 2020. [Ambas evidências em anexo].

A esta altura cabe citar os Informes Técnicos e Notas Informativas publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Carangola que trataram de trazer esclarecimentos ao organismo interno do executivo municipal, estabelecimentos de saúde da rede contratada e conveniada ao SUS no território e à população em geral, como é o caso da NOTA INFORMATIVA N.º 02/2020/SMS/GS/DVS/VE/Carangola, de 08 de junho de 2020, cujo assunto: INFORME PERIÓDICO DO CENÁRIO MUNICIPAL DE NOTIFICAÇÕES DO CORONAVÍRUS (COVID-19), atendeu a

necessidade de atualizar as informações do enfrentamento à doença naquele momento e citou, como de costume naquele período, sobre o acompanhamento diário dos leitos hospitalares e respectiva ocupação. Citação *ipsis litteris*:

"A Secretaria Estadual de Saúde baseada nos protocolos nacionais do Ministério da Saúde construiu seu próprio protocolo de infecção humana pelo SARS-Cov-2. Em sua atualização técnica datada de 19/05/2020 traz as definições de casos operacionais e fluxos de testagem laboratorial e notificação de casos. Se baseando nesses protocolos, a Secretaria Municipal de Saúde de Carangola vem norteando todas as suas condutas no que se refere a Pandemia atual.

Diariamente, a Secretaria Municipal de Saúde emite boletins epidemiológicos informativos onde consta o número de casos notificados, o número de casos descartados, o número de casos confirmados, taxa de ocupação hospitalar entre outras informações.

[...] Qualquer informação cuja fonte não possa ser identificada ou que não tenha sido divulgada nos boletins oficiais deve ser tratada como FAKE NEWS e "achismos". [Evidência em anexo: Notas Informativas].

Diante do exposto, cumpri-nos apresentar alguns Boletins Epidemiológicos Diários que evidenciam como se realizava, no período em análise, o ritual diário de levar informação ao grande público, mesclando o caráter técnico a uma forma palatável e inteligível. Foi escolhido o período entre 17 de julho e 04 de agosto de 2020 para apresentar tais Boletins, visto se tratar de um período no qual, apesar de passados apenas 4 meses desde o início da Pandemia, mas ainda assim a Diretoria de Vigilância em Saúde já havia estabelecido um modelo prático e eficiente para tornar público os informes sobre os números do Enfrentamento ao Coronavírus, incluindo a Taxa Diária de Ocupação Hospitalar. Dados coletados e processados diariamente entre os Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, dos setores de Vigilância em Saúde e Regulação, Controle e Avaliação e as referências técnicas do Hospital Evangélico de Carangola - Hospital de Referência COVID no território. [Evidência em anexo: Boletins Epidemiológicos Diários].

Outrossim, segue os Fluxos Assistenciais das regiões de saúde de Carangola e Manhuaçu, parte integrante do Plano de Contingência da Superintendência Regional de Saúde de Manhuaçu, nos quais se pode observar o Fluxo de Regulação Hospitalar definido à época, incluindo os Centros de urgência/emergência, os municípios de referência, respectivos contatos e orientações sobre como deveria se operacionalizar o cadastrado do usuário na Central de Regulação quando da solicitação de leito hospitalar de isolamento (CLÍNICO), da mesma forma apresentado o método para se cadastrar usuário na Central de Regulação quando da solicitação de leito de terapia intensiva (UTI). [Evidência em anexo: Fluxos Assistenciais - Regiões de Saúde SRS Manhuaçu].

Por fim, informa-se sobre a existência de interação constante entre os gestores das regiões de saúde de Carangola e Manhuaçu, quando da existência inclusive de grupo de whatsapp no qual os gestores e respectivas referências técnicas municipais trocavam informações diárias sobre Taxa de Ocupação Hospitalar, no Hospital Evangélico de Carangola e demais hospitais do território de abrangência da SRS.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Manhuaçu, cuja demanda poderia impactar sobremaneira o Hospital Evangélico de Carangola - Hospital de Referência COVID no território naquele momento no tempo. [Evidência em anexo: Prints Grupo de Gestores e Técnicos Whatsapp]. Resta que pode se afirmar que SMS realizou acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos clínicos e UTI/COVID-19 do Hospital Evangélico de Carangola e Hospital de Referência COVID no território.

Análise da Justificativa: A manifestação apresentada descreve sobre o acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos clínicos e de UTI/COVID-19 do Hospital Evangélico de Carangola, além das ações de monitoramento das ocorrências da COVID-19 em seu território, seguimento dos fluxos, bem como coleta e conferência dos dados municipais para Vigilância em Saúde. A manifestação trouxe consigo, toda a documentação comprobatória: boletins, fluxos, notas informativas, entre outros. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativa apresentadas foram suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Gestão Municipal

Constatação Nº: 628169

Subgrupo: Regulação

Item: Rotina de Trabalho

Constatação: A SMS não realiza controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital Evangélico de Carangola, no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência: A SMS não apresentou relatórios de controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital nos casos COVID-19. De acordo com o Agente administrativo PEFCL, que é responsável pela digitação nos Sistemas da SMS, o hospital encaminha, diariamente, cópia de Declarações de óbitos e Fichas de Investigação de Casos suspeitos ou confirmados para SRAG dos pacientes internados para a Secretaria. Estas são recebidas pelo setor de Epidemiologia e arquivadas por mês, de acordo com o Diretor de Endemias, MOL. A SMS recebe também as notificações de exames laboratoriais para COVID 19 que são realizados pelo Laboratório do Hospital, diariamente. Em entrevista por videoconferência com o Secretário Municipal de Saúde RAM e o diretor de Regulação SOS, toda a produção referente as internações do Hospital é enviada para a Regional de Saúde que é quem acompanha as internações do Hospital, no atendimento aos casos COVID-19. A SMS não realiza este controle, nem avaliação.

Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV art. 10, inciso I e Capítulo III, Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n; Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar - SIH janeiro/2017, item 4.3 p. 9.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Auditado sujeito à Penalidade de Advertência Escrita.

Fonte da Evidência: -Termo de Entrevistas com funcionários do SCRA/SMS por videoconferência, através do Google Meet, pelo link <https://meet.google.com/uxu-zvm>, datada de 03/05/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do OFÍCIO Nº 01/2022 de 06/06/2022 e do OFÍCIO Nº 02/2022 de 26/05/2022, o representante da Pessoa Jurídica notificada, Sr. R.A.M. e as pessoas físicas L.F.F.R., C.M.C.V. e H.T.L enviaram em Ação Conjunta, a seguinte manifestação: Identificada a NÃO CONFORMIDADE é a SMS não realiza este controle e avaliação é necessário informar que a Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação foi instituída pela Lei Municipal N.º 5.093, de 04 de setembro de 2018, que tratou, entre outras atribuições, de estabelecer método para atender a prerrogativa de qualificar a função Regulação

Assistencial do SUS no âmbito municipal. No entanto no que se refere ao controle de produção ambulatorial, a Central Municipal de Regulação, Controle e Avaliação atua diretamente no registro e processamento dos dados gerados pelos estabelecimentos sob gestão do município, aqueles que compõem a Rede Própria de Saúde Municipal, e neste aspecto se pode identificar os estabelecimentos que geram produção de Média e Alta Complexidade é MAC: (a) Policlínica Municipal; (b) CAPS 1 Livramento; (c) CAPS ad Atairu; e (d) CAPS Infantojuvenil. Os demais estabelecimentos classificados como MAC no município fazem parte da Rede Contratada do SUS, cujos contratos assistenciais são assinados entre o prestador de serviços e a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, tendo o município atuação como interveniente, e para tanto o informe da produção realizada por estes estabelecimentos segue fluxo de envio entre prestador e SRS Manhuaçu/Coordenação de Regulação, e nestes estabelecimentos se inclui o Hospital Evangélico de Carangola.

No que se refere a produção ambulatorial para os leitos COVID-19 gerenciados pelo Hospital Evangélico de Carangola, ainda que o município tenha realizado registro diário de TOH no período em análise, a regulação destes leitos ficou a cargo da Central de Regulação da Macrorregião de Saúde Sudeste, com sede em Juiz de Fora, conforme ficou determinado no contrato assistencial acordado entre a Instituição Hospitalar e SESMG.

A que se considerar que o município manteve o hábito de realizar Audiências Públicas para apresentação dos RDQA (Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior) nos anos de 2017, 2018 e 2019, não realizando tal evento no ano de 2020 por ocasião dos atos normativos elaborados no período Fevereiro a Dezembro de 2020 que não permitiam eventos públicos. Nestes relatórios comumente estavam evidenciados os registros de produção ambulatorial e hospitalar executados pelos prestadores de serviços da rede própria, contratada e conveniada ao SUS. Da mesma forma, tais informações fizeram parte do RAG (Relatório Anual de Gestão) ano 2020. [Evidência em anexo: RAG 2020].

De modo que se pode afirmar que SMS realizou acompanhamento, controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital Evangélico de Carangola, no atendimento dos casos de COVID-19.

Análise da Justificativa: A manifestação apresentada descreve sobre como a SMS realiza controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital Evangélico de Carangola, no atendimento de casos da COVID-19, que são realizados através de informes diretamente entre hospital e SRS Manhuaçu e ainda suas ações enquanto interveniente entre o Hospital e a SES-MG. Apresentou as ações relacionadas a rede própria de gestão municipal e registro de TOH no período analisado. A manifestação trouxe consigo, toda a documentação comprobatória: RAG, com registros de produção ambulatorial e hospitalar executados pelo prestador hospitalar. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas foram suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Gestão Municipal

Constatação Nº: 628179

Subgrupo: Regulação

Item: Rotina de Trabalho

Constatação: A SMS não promoveu os ajustes no Plano Municipal de Saúde (PMS) inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e não apresentou a Programação Anual de Saúde (PAS).

Evidência: Em análise do Plano Municipal de Saúde, verificou-se que a SMS não promoveu os ajustes necessários de modo a



contemplar as ações, metas e recursos financeiros referentes ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19. Não foi apresentada a PAS (2020), não foram apresentadas Atas do Conselho Municipal de Saúde de aprovação do PMS e/ou referência a quaisquer adequações.

Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b, c, d, e, f, g, incisos II e III e § 7º; NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIPI/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3

Auditado sujeito à Penalidade de Advertência Escrita.

Fonte da Evidência:

- Plano Municipal de Saúde (2017-2020) de Carangola.
- Declaração do Secretário Municipal de Saúde datada de 22/03/2021.
- Reunião com o Secretário Municipal de Saúde por videoconferência dia 15/03/2021, através do link: <https://meet.google/qdq-sgkh-qli>.
- Ratificação do Secretário Municipal de Saúde datada de 26/04/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do OFÍCIO Nº 01/2022 de 06/06/2022 e do OFÍCIO Nº 02/2022 de 26/05/2022, o representante da Pessoa Jurídica notificada, Sr. R.A.M. e as pessoas físicas L.F.F.R., C.M.C.V. e H.T.L enviaram em Ação Conjunta, a seguinte manifestação:

Identificada a NÃO CONFORMIDADE - não realização de ajustes necessários nos instrumentos de gestão - vale rememorar a trajetória de elaboração e apresentação do Plano Municipal de Saúde ao Conselho Municipal de Saúde de Carangola. O PMS vigente, quando da ocasião deste processo de auditoria, abrange o período 2018-2021 e não 2017-2020 como se lê no campo Evidência desta constatação. Este PMS foi apresentado ao Conselho Municipal de Saúde em outubro de 2018 e após análise pelas comissões de avaliação criadas à época, teve sua aprovação registrada em ata na 269ª reunião ordinária do CMS de 18 de fevereiro de 2019, reunião esta que deu origem à

Resolução CMS N.º 001/2019 da mesma data. [Evidência em anexo: Resolução CMS N.º 001/2019]

Sobre as atualizações neste instrumento de gestão, a Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação da SMS Carangola manteve a lógica de elaborar planos complementares sempre que se fizessem necessários, que eram classificados como anexos ao PMS e assumiam caráter de complemento e atualização, de modo que não fosse necessário alterar o corpo do texto do Plano original.

Para a questão em tela, adequações incorporando o tema COVID-19, imperativo asseverar que para tratar tal contexto, foi elaborado um plano de contingência específico, que foi apresentado ao CMS e serviu como atualização do Plano Municipal de Saúde vigente. Este instrumento foi denominado PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL DE

ENFRENTAMENTO À DOENÇA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), revisado e estruturado pela equipe técnica da

Secretaria Municipal de Saúde de Carangola em 17 de março de 2020; e teve como ponto de partida para sua elaboração o Decreto Municipal n.º 437/2020, de 16 de março de 2020. [Evidência em anexo: Plano de Contingência e Decreto Municipal N.º 437/2019]

Dito isto, destacamos que ambos os instrumentos de gestão - Plano de contingência

Municipal de Enfrentamento à Doença pelo Coronavírus, anexo complementar ao Plano Municipal de Saúde 2018-2021; e a Programação Anual de Saúde - PAS 2020 - foram submetidos à Plenária do CMS e possuem registro em ata da 281ª reunião ordinária do CMS de 03 de junho de 2020. [Evidência em anexo: Ata do Conselho Municipal de Saúde de Carangola, Nº 281, de 03/06/2020].

Do ponto de vista de programação para utilização de recursos financeiros destinados ao enfrentamento à doença pelo coronavírus, houve uma movimentação de crédito financeiro ora através do Fundo Nacional de Saúde, ora através do Fundo Estadual de Saúde. Dessa forma cumpriu à Secretaria de Saúde de Carangola à época, informar ao executivo municipal, através da Administração Geral, Procuradoria do município e Contabilidade pois seria necessário a alteração dos orçamentos informando os novos recursos e as atividades que seriam desenvolvidas. A abertura desses créditos extraordinários deveria ser feita por meio de Decreto Municipal, recomendando-se, à época, a criação de uma ação orçamentária específica para a execução destes recursos. Entretanto, de imediato, a gestão municipal deveria comunicar à Câmara de Vereadores sobre a abertura desses créditos extraordinários. O resultado dessa tramitação executada pelo executivo e legislativo foi apresentada na Plenária do CMS dando ciência da adequação necessária para executar as ações. Este assunto será abordado com mais detalhes na resposta da inconformidade N.º 628378.



Ainda que grande parte das tratativas, das definições e apresentações feitas ao Conselho Municipal de Saúde tenham acontecido utilizando-se meios multimídias, reuniões por videoconferência e troca de e-mails, ainda assim as evidências demonstram que o controle social esteve ciente das ações envolvendo planejamento e execução financeira das ações de enfrentamento à COVID-19 e demonstram a realização de ajustes necessários nos instrumentos de gestão.

Análise da Justificativa: A manifestação apresentada descreve sobre como a SMS promoveu os ajustes no Plano Municipal de Saúde (PMS) referente ao enfrentamento a COVID-19, através do Plano de contingência Municipal de Enfrentamento à Doença pelo Coronavírus, Decreto Municipal e apresentação ao CMS. A manifestação trouxe consigo documentação comprobatória: Plano de Contingência, decreto, atas de CMS. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas foram suficientes para afastar a não conformidade. **Acatamento da Justificativa:** Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 628376

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS não apresentou os RDQA,s contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19 do período de março de 2020 a março de 2021.

Evidência: A SMS não apresentou os RDQA,s contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19 do período de março de 2020 a março de 2021, solicitados através do Ofício SES/AUDSUS nº. 86/2021, datado de 17/02/2021.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título IV, Art. 100, Incisos I, II, III; Lei Municipal nº 5.203/2020, Art. 1º e § Único e NOTA TÉCNICA nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: - Declaração do Secretário Municipal de Saúde datada de 22/03/2021.

- Reunião com o Secretário Municipal de Saúde por videoconferência dia 15/03/2021, através do link: <https://meet.google/qdq-sgkh-qti>.
- Ratificação do Secretário Municipal de Saúde datada de 26/04/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do OFÍCIO Nº 01/2022 de 06/06/2022 e do OFÍCIO Nº 02/2022 de 26/05/2022, o representante da Pessoa Jurídica notificada, Sr. R.A.M. e as pessoas físicas L.F.F.R., C.M.C.V. e H.T.L enviaram em Ação Conjunta, a seguinte manifestação: Identificada a NÃO CONFORMIDADE - não realização de Audiências Públicas para apresentação dos

RDQAs no período em análise não houve realização de Audiências Públicas para apresentação dos RDQA - Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior, conforme previsto em legislação vigente do SUS e ainda conforme prática comum na gestão municipal de saúde 2017-2020.

Há que se registrar que o município fez realizar Audiências Públicas nos períodos conforme preconiza a LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012, que destaca que a transparência e a visibilidade devem ser asseguradas mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante o processo de elaboração e discussão do plano de saúde; e para tanto o gestor do SUS em cada ente da Federação deve elaborar Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as informações referentes (I) montante e fonte dos recursos aplicados no período; (II) auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações; (III) oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação. [Evidência em anexo: Convocações Audiências Públicas/RDQA]

Há que se considerar que por força dos decretos municipais publicados no exercício 2020 não houve eventos públicos para prestação de contas, no entanto, a sociedade civil pôde ter acesso às informações conforme as ações de enfrentamento a COVID-



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



19 vinham sendo executadas. Destaca-se a frequência das reuniões do CMS, ainda que se utilizando de videoconferências, nas quais as informações inclusive financeiras eram repassadas em público. Da mesma forma com que as redes sociais do executivo municipal e o portal da transparência eram abastecidos regularmente conferindo aspecto de transparência e garantindo a visibilidade dos dados e informações disponíveis.

Feitas as considerações a respeito da importância da garantia do acesso às informações e da necessidade de se operar com transparência no meio público, ainda assim a legislação vigente não exige que os instrumentos de gestão - RDQA sejam classificados como APROVADOS, REPROVADOS OU APROVADOS COM RESSALVA, solicitando que devam

ser apresentados em audiência pública e que seja dada ciência à plenária do Controle Social. Dessa forma, considerando cada RDQA como fração do RAG - Relatório Anual de Gestão - e que este possui caráter classificatório enquanto aprovação ou reprovação, incidindo inclusive para efeitos de regularização do Cadastro Geral de Convenientes - CAGEC indispensável informar que este documento existe, fora apresentado em Plenária do Conselho Municipal de Saúde e contempla as informações mínimas que se exige para sua elaboração, inclusive no que se refere ao enfrentamento ao coronavírus.

Evidências sobre a elaboração, apresentação e emissão de Resolução do CMS que trata da apreciação do RAG/2020 serão abordadas com mais detalhes na justificativa da inconformidade N.º 628377.

Ainda que não tenha havido Audiências Públicas no período em análise sobre a pauta Ações e Serviços Públicos de Saúde para o município de Carangola, RECOMENDA-SE que para os próximos exercícios, a gestão municipal de saúde em parceria com os demais competentes do núcleo central da Prefeitura Municipal de Carangola, permaneçam ou adotem o modelo de elaboração de Planos de Ação / Investimento para as diversas despesas relacionadas aos recursos financeiros creditados pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo Fundo Estadual de Saúde, através de Portarias e Resoluções, de modo que o processo de planejamento, execução físico/financeira e prestações de contas se dê de modo orgânico, objetivo e transparente, obedecendo os prazos estipulados e permitido assim o alcance dos objetivos propostos que em suma resulta na aplicação adequada dos recursos financeiros afim de garantir o acesso da população às ações e serviços públicos de qualidade.

Análise da Justificativa: A manifestação considera que por força do Decreto Municipal nº 437 de 16 de março de 2020 e Portaria Interna Municipal SMS/GS nº 001 de 25 de março de 2020 consoantes com a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, Decreto Estadual NE nº 113, de 12 de março de 2020 e Decreto Estadual nº 47.886 de 15 de março de 2020 que dispõem sobre o plano de emergência de saúde pública de importância internacional, no enfrentamento da epidemia viral respiratória causada pelo COVID-19, de prevenção ao contágio e contingenciamento, não pode haver eventos públicos para apresentação dos RDQAs, sendo que as redes sociais e o portal da transparência do Município garantiram a visibilidade dos dados e informações disponíveis. A manifestação trouxe consigo documentação comprobatória dos referidos dados e de realização de audiências públicas na Câmara Municipal de Carangola para apresentação dos RDQAs referentes aos exercícios de 2017, 2018 e 2019 dos convênios firmados, oferta e produção de serviços próprios, contratados e conveniados, montante de recursos aplicados no período e auditorias realizadas ou em fase de execução. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas foram suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 628377

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Prestação de Contas

Constatação: O Relatório Anual de Gestão do ano de 2020 contemplando as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19 não foi apresentado pela SMS.

Evidência: O Relatório Anual de Gestão do ano de 2020 contemplando as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19, solicitado através do Ofício SES/AUDSUS n.86/2021 não foi apresentado pela SMS.



Tal fato está em desacordo com a Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV; Lei Complementar nº 141/2012, art. 31, inciso II, art. 36 § 1º e art. 39 § 4º.

Fonte da Evidência: - Declaração do Secretário Municipal de Saúde datada de 22/03/2021.

- Reunião com o Secretário Municipal de Saúde por videoconferência dia 15/03/2021, através do link: <https://meet.google/qdq-sgkh-qli>.
- Ratificação do Secretário Municipal de Saúde datada de 26/04/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do OFÍCIO Nº 01/2022 de 06/06/2022 e do OFÍCIO Nº 02/2022 de 26/05/2022, o representante da Pessoa Jurídica notificada, Sr. R.A.M. e as pessoas físicas L.F.F.R., C.M.C.V. e H.T.L enviaram em Ação Conjunta, a seguinte manifestação: Identificada a NÃO CONFORMIDADE - o Relatório Anual de Gestão não foi apresentado pela SMS - a gestão municipal de saúde através da Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação elaborou o RAG - Relatório Anual de Gestão - referente ao exercício 2020 e submeteu à Plenária do Conselho Municipal de Saúde cuja apreciação possui registro em ata da reunião ordinária do CMS de 05 de abril de 2021, apreciação que deu origem à Resolução CMS N.º 002/2021 de 07 de maio de 2021. [Evidência em anexo: Relatório Anual de Gestão 2020 e Resolução CMS N.º 002/2021].

A redação do referido Relatório Anual de Gestão contempla as informações padrão exigidas para elaboração do instrumento e trata-se do primeiro relatório mais robusto que deveria fazer citação ao Coronavírus e/ou a Emergência de Saúde Pública, e o faz. Nesse ínterim cabe citar:

I) Página N.º 33 - Diretriz n.º 15 - Objetivo n.º 15.1 - Estruturar e atualizar anualmente os Planos de Contingência elaborados com vistas a ações de Emergência, realização de Campanhas e Recursos Específicos. Objetivos Específicos: Planos de Contingências para as Campanhas, Recursos Específicos e Emergências em Saúde Pública elaborados e revisados periodicamente.

I.a) Ação descrita no RAG e realizada através do PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À DOENÇA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), citado anteriormente, complemento e atualização do PMS 2018-2021; e Planos de Aplicação de Recursos Financeiros creditados via Portarias ou Resoluções. [Evidência em anexo:

Planilha de Aplicação de Recursos Portaria N.º 1666/2020 e Planos de Aplicação Resoluções SESMG N.º 7165 e 7166/2020]

II) Páginas N.º 40 a 48 - Neste intervalo de páginas estão contidas informações sobre os recursos financeiros recebidos e acomodados no orçamento municipal de saúde para o exercício 2020 informados ao DATASUS via SIOPS - Sistema de Informações de Orçamento Público em Saúde. Ainda que não haja menção expressa a termos utilizados por força da Pandemia, como Emergência em Saúde Pública, Coronavírus ou COVID-19; ainda assim se pode aferir que os valores financeiros recebidos e aplicados nas ações de enfrentamento à doença se encontram incorporados ao montante de dados.

III) Página N.º 52 - Nesta página encontra-se menção direta aos valores recebidos pelo Fundo Nacional de Saúde para fomentar as ações e serviços de enfrentamento ao Coronavírus. Se pode aferir inclusive o montante creditado aos estabelecimentos de saúde prestadores de serviços ao SUS no território, que totalizou R\$ 3.882.518,25.

De modo que é seguro afirmar que houve menção a questões relacionadas a Pandemia pelo novo coronavírus, ainda que de forma mais modesta do que se poderia exigir, mas nota-se que se cumpriu o mínimo preconizado de informações padrão para construção do RAG. Neste aspecto cita-se os campos disponíveis na plataforma Digisus/Datasus para elaboração deste importante instrumento de gestão.

Análise da Justificativa: A manifestação trouxe consigo documentação comprobatória: Relatório Anual de Gestão que contempla as informações padrão exigidas para elaboração do instrumento, cumprindo o mínimo preconizado e a Resolução nº 002/2021 do CMS de 07 de maio de 2021 que traz o registro de apresentação do RAG ao CMS para conhecimento e apreciação. Assim sendo, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas foram suficientes para afastar a não conformidade. **Acatamento da Justificativa:**
Sim



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 628378

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Formalização

Constatação: A SMS não apresentou a Lei de Diretrizes Orçamentárias com as adequações às ações da COVID-19.

Evidência: A SMS não apresentou a LDO com as devidas alterações para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19, solicitada através do Ofício SES/AUDSUS nº. 86/2021 DE 17/02/2021.

Tal fato está em desacordo com o Decreto Federal nº 10.360/2020 art. 1º incisos I, II e III e Instrução Normativa nº 41/2020, art. 2º incisos I, II alíneas a, b, c e inciso III.

Fonte da Evidência: - Declaração do Secretário Municipal de Saúde datada de 22/03/2021.

- Reunião com o Secretário Municipal de Saúde por videoconferência dia 15/03/2021, através do link: <https://meet.google/qdq-sgkh-qli>.
- Ratificação do Secretário Municipal de Saúde datada de 26/04/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do OFÍCIO Nº 01/2022 de 06/06/2022 e do OFÍCIO Nº 02/2022 de 26/05/2022, o representante da Pessoa Jurídica notificada, Sr. R.A.M. e as pessoas físicas L.F.F.R., C.M.C.V. e H.T.L enviaram em Ação Conjunta, a seguinte manifestação: Identificada a NÃO CONFORMIDADE - a SMS não apresentou a LDO com as devidas alterações para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19 - antes que se faça citação à atualização da LDO e outros aspectos como Projeto de Lei de Crédito Especial, necessário mencionar que do ponto de vista de programação para utilização de recursos financeiros destinados ao enfrentamento à doença pelo coronavírus, houve uma movimentação de crédito financeiro ora através do Fundo Nacional de Saúde, ora através do Fundo Estadual de Saúde.

Dessa forma cumpriu à Secretaria de Saúde de Carangola à época, informar ao executivo municipal, através da Administração Geral, Procuradoria do município e Contabilidade que seria necessária alteração do orçamento público de saúde para o exercício 2020 informando os novos recursos e as atividades que seriam desenvolvidas. A abertura desses créditos extraordinários deveria ser feita por meio de Decreto Municipal, recomendando-se, à época, a criação de uma ação orçamentária específica para a execução destes recursos. Entretanto, de imediato, a gestão municipal deveria comunicar à Câmara de Vereadores sobre a abertura desses créditos extraordinários. Vale destacar que houve orientação aos atores envolvidos no processo de criação do projeto de lei de crédito especial, que a criação de ação orçamentária específica no município também seria útil e necessária para inclusão de outros recursos como os estaduais, e mesmo de recursos municipais, voltados ao enfrentamento da COVID-19.

A utilização desses recursos deveria ser embasada sempre em um processo de planejamento permanente e pela transparência de sua utilização, em consonância com o plano de contingência municipal (elaborado pelo Comitê Gestor Municipal), regional e estadual. Vale destacar ainda que a utilização dos recursos transferidos era tida como livre para toda e qualquer ação de enfrentamento ao COVID-19 bastando classificar corretamente no respectivo orçamento.

A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos relativos ao apoio financeiro previsto nas citadas Portarias seria realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do ente federativo beneficiado, nos termos da Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017. [Evidência em anexo: Notas Informativas SMS Carangola - Registro e Aplicações de Créditos Extraordinários e Orientações sobre Licitações, Contratos e Requisições Administrativas].

Por fim, cumpre-nos apresentar a LDO e o Projeto de Lei solicitando Crédito Especial solicitado à Câmara de Vereadores no ano de 2020 afim de adequar o orçamento em saúde para aquele exercício. [Evidência em anexo: LDO/2020 e Projeto de Lei de Crédito Especial - recursos COVID-19]. RECOMENDA-SE que para os próximos exercícios, a gestão municipal de saúde em parceria com os demais competentes do núcleo central da Prefeitura Municipal de Carangola, permaneçam ou adotem o modelo de elaboração conjunta dos instrumentos LDO e LOA afim de estejam alinhados ao Planejamento Anual de Saúde no que tange aos recursos financeiros disponíveis, seus respectivos programas e despesas, de modo que o processo de planejamento, execução físico/financeira e prestações de contas se dê de modo orgânico, objetivo e transparente, obedecendo os prazos estipulados e



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



permitido assim o alcance dos objetivos propostos que em suma resulta na aplicação adequada dos recursos financeiros afim de garantir o acesso da população às ações e serviços públicos de qualidade.

Análise da Justificativa: A manifestação trouxe considerações acerca das ações desenvolvidas em razão da Pandemia COVID-19, mas não apresentou as devidas alterações na LDO, assim como a Lei Municipal nº 5.225/2020 que dispõe sobre autorização de créditos adicionais especiais não contempla as despesas relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Assim sendo, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade. **Acatamento da Justificativa:** Não

Recomendação: Promover a devida alteração/complementação na LDO do exercício futuro para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19, cumprindo o que determina o Decreto Federal Nº 10.360/2020 art. 1º incisos I, II e III e Instrução Normativa Nº 41/2020, art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
Secretaria Municipal de Saúde de Carangola	12.041.234/0001-66

VII - CONCLUSÃO

O objetivo de avaliar a gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Carangola em relação ao Hospital Evangélico de Carangola (definido como referência para atendimento COVID-19 no Plano de Contingência Operativo da Macro Região Sudeste), no que se refere ao acompanhamento das taxas de ocupação de leitos Clínicos e de UTI/COVID-19, ao Controle e Avaliação da produção, aos instrumentos de gestão e aplicação de recursos destinados a ações de média e alta complexidade no enfrentamento da COVID-19 foram alcançados.

Não houve celebração de instrumentos jurídicos da SMS com o Hospital para transferências de recursos, de materiais, medicamentos, equipamentos e insumos para custeio da COVID-19.

O Hospital foi contemplado com o Incentivo de recursos federais pela disponibilização e custeio dos Leitos COVID-19 transferidos diretamente do FES, por meio das Resoluções SES/MG nº 7130/2020, 7160/2020, 7295/2020, 7384/2021, 7396/2021. Recebeu equipamentos através de doações de empresas privadas, termos de cessão de uso do Ministério da Saúde e termos de permissão de uso da SES/MG.

Em relação às taxas de acompanhamento de ocupação dos leitos clínicos e de UTI/COVID-19 e o controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital, a SMS apresentou justificativas suficientes e documentação comprobatória, acatadas pela equipe, sanando as não conformidades.

Foram apresentadas justificativas suficientes e documentação comprobatória referentes ao PMS, PAS, RDQA's e RAG, acatadas pela equipe, sanando assim as não conformidades.

No entanto, não foram apresentadas justificativas suficientes e não foram apresentados documentos que comprovassem os ajustes na LDO, razões pelas quais, não foram acatadas pela equipe.